



CADERNO DE ENCARGOS

PROCESSO NPD 2324000058

TD-AP-C17-i03, “Transição Digital na Segurança Social” - Aquisição de bolsa de horas para serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º OBJETO DO CONTRATO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição pelo **Contraente Público** de bolsa de horas para serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos.

ARTIGO 2.º CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada; e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

CAPÍTULO II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações da Empresa Prestadora

SUBSECÇÃO I

Disposições Gerais

ARTIGO 3.º OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA EMPRESA PRESTADORA

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para a **Empresa Prestadora** a obrigação principal de prestar serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos de acordo com as condições e requisitos do presente caderno de encargos.
2. **A Empresa Prestadora** fica obrigada a afetar os recursos com os perfis solicitados, conforme exigido no n.º 2 do Anexo II do caderno de encargos.
3. **A Empresa Prestadora** fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita, completa e atempada execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 4.º FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Dada a natureza administrativa do contrato e a especial técnica do respetivo âmbito, os serviços a contratar serão prestados em estreita articulação com o **Contraente Público** e de acordo com as regras referidas no presente documento e nos artigos 303º a 305º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 5.º VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora por 24 meses, ou até esgotadas as horas contratadas, conforme o facto que ocorrer primeiro.

ARTIGO 6.º PROPRIEDADE INTELECTUAL

Constituem propriedade originária do **Contraente Público**, todos os direitos intelectuais relativos às criações previstas no presente contrato, incluindo o direito de exploração exclusiva, assim como todos os elementos e afins nomeadamente, documentos, estudos, projetos, e material de conceção preliminar, desenvolvidos pela **Empresa Prestadora** ou pelos seus subcontratados, sem qualquer restrição, durante todo o prazo de proteção definido na Lei.

ARTIGO 7.º EXIGÊNCIA DE QUALIDADE


1. A **Empresa Prestadora** obriga-se a executar o serviço de acordo com as normas e os princípios de qualidade aplicáveis e definidos pelo **Contraente Público**, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional, de forma a assegurar a boa prestação e qualidade dos serviços.
2. A **Empresa Prestadora** obriga-se a substituir qualquer recurso utilizado, a solicitação do **Contraente Público**, com fundamento na inadequação para o trabalho a desenvolver.

ARTIGO 8.º LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nas instalações da **Empresa Prestadora**, ou por via remota devidamente autorizada pelo **Contraente Público** sem prejuízo das deslocações à sede do **Contraente Público**, nomeadamente, para reuniões e recolha de informação ou sempre que o **Contraente Público** considerar necessário.

ARTIGO 9.º ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

1. O **Contraente Público** garantirá à **Empresa Prestadora** o acesso às suas instalações e às instalações da Administração Pública envolvidas, para a realização dos trabalhos necessários ao cumprimento do presente contrato.

- 
2. A permanência da **Empresa Prestadora** nas instalações do **Contraente Público**, que implique paragem do sistema de informação instalado, deverá ocorrer fora das horas normais de serviço, salvo em situações necessárias a obviar a anomalias verificadas ou outras devidamente justificadas.
 3. O **Contraente Público** acordará com a **Empresa Prestadora** as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso, permanência e circulação nas instalações.
 4. A **Empresa Prestadora** obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso, permanência e circulação nas instalações, de acordo com as determinações do **Contraente Público**, bem como à boa guarda e tratamento zeloso dos cartões de identificação disponibilizados pelo **Contraente Público**, assim como dos equipamentos e instalações.

Subsecção II

Dever de sigilo e confidencialidade

ARTIGO 10.º SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. A **Empresa Prestadora** deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pelo **Contraente Público**, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos, designadamente, no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na legislação nacional que o execute, relativa à proteção de dados pessoais.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a **Empresa Prestadora** seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, a **Empresa Prestadora** obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
 - b) Apagar e destruir, no final do contrato, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados pessoais tratados, bem como os que o **Contraente Público** considere como de acesso privilegiado.
5. De igual forma, a **Empresa Prestadora** garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.
6. No âmbito das obrigações referidas no número anterior, a **Empresa Prestadora** obriga-se a entregar ao **Contraente Público** cópias das declarações de sigilo assinadas pelos terceiros que utilize diretamente

na execução do contrato, nos termos da minuta constante do **Anexo I** do presente caderno de encargos.

7. Os trabalhos e a utilização dos recursos pela **Empresa Prestadora** não se iniciarão antes da entrega das declarações de sigilo.

ARTIGO 11.º PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dez anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.

Secção II

Obrigações do Contraente Público

ARTIGO 12.º PREÇO

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o **Contraente Público** obriga-se a pagar à **Empresa Prestadora** o preço até ao máximo constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao **Contraente Público**, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de peças ou outros meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço base é de **148 800,00 EUR** (cento e quarenta e oito mil e oitocentos euros) a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
4. O preço base horário é o seguinte:
 - a) Gestor de Projeto: 65,00 EUR (sessenta e cinco euros), acrescido do valor do IVA, para um total de 1520 horas; e
 - b) Consultor Sénior / Analista Tecno-Funcional: 50,00 EUR (cinquenta euros), acrescido do valor do IVA, para um total de 1000 horas.
5. O **Contratante Público** pode não consumir todo o esforço previsto no contrato.
6. O preços mencionados no n.º 4 são fixos durante a vigência do contrato.

ARTIGO 13.º CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A(s) quantia(s) devidas pelo **Contraente Público**, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de trinta dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas com o vencimento da obrigação respetiva.

2. O pagamento do preço será efetuado, consoante o número de horas executadas, devendo a **Empresa Prestadora** efetuar a correspondente medição dos serviços executados, de acordo com o registo de atividades e indicando os recursos e o tempo afetos, a qual será comunicada ao **Contraente Público**, para validação prévia à emissão da respetiva fatura.
3. Em caso de discordância por parte do **Contraente Público**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à **Empresa Prestadora** por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Para os efeitos dos números anteriores, as obrigações só se vencerão se os serviços tiverem sido aceites e estiverem justificados pelo relatório de controlo de horas a apresentar pela **Empresa Prestadora**.
5. Sob pena de devolução, a fatura deve identificar claramente o objeto do contrato, o esforço desenvolvido relacionado com a fatura, bem como, o número de pedido e de compromisso a transmitir pelo **Contraente Público** aquando da celebração do contrato.

Capítulo III Incumprimento

ARTIGO 14.º PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o **Contraente Público** pode exigir à **Empresa Prestadora** o pagamento de uma sanção pecuniária, nos seguintes termos:
 - a) Nos casos de incumprimento dos prazos estabelecidos nos números 5.1., 6.2. e 6.4., todos do Anexo II do caderno de encargos, por motivos imputáveis à **Empresa Prestadora** ou a terceiros que esta utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula $P = \text{Preço Contratual} \times A/100$, em que P corresponde ao montante da penalização, e A é o número de **dias de atraso**;
 - b) Por cada violação das obrigações referidas no n.º 4 do artigo 9.º caderno de encargos, a quantia de 1.000 € (mil euros); e
 - c) A partir da 3ª (terceira) substituição, inclusive, de recursos afetos à prestação de serviço poderá ser aplicada uma penalidade no valor correspondente a 5% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da **Empresa Prestadora**, o **Contraente Público** pode exigir-lhe uma pena igual a 20% do preço contratual, sem prejuízo do dano excedente.
3. Considera-se incumprimento definitivo, designadamente, designadamente:
 - a) Caso não haja prestação dos serviços nos tempos fixados, qualquer que seja o motivo, por 7 dias, seguidos ou interpolados; e
 - b) Caso haja incumprimento grave ou reiterado das obrigações referidas no artigo 10.º do caderno de encargos.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o **Contraente Público** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da **Empresa Prestadora** e as consequências do incumprimento.
5. O atraso no pagamento do preço constitui o **Contraente Público** na obrigação de pagar juros à taxa legalmente devida.

ARTIGO 15.º FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da **Empresa Prestadora**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da **Empresa Prestadora** ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela **Empresa Prestadora** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela **Empresa Prestadora** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da **Empresa Prestadora** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da **Empresa Prestadora** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros; ou
 - h) Eventos relacionados como conflito na Ucrânia.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Capítulo IV

CLÁUSULAS DE CONTEÚDO TÉCNICO

ARTIGO 16.º REQUISITOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O enquadramento do serviço, bem como a descrição e os respetivos requisitos de conteúdo técnico e funcional constam do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.

Capítulo V

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 17.º TRABALHADORES

A **Empresa Prestadora** obriga-se a cumprir com as obrigações decorrentes da legislação sobre trabalhadores estrangeiros, trabalho e segurança social.

ARTIGO 18.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. São aplicáveis, em especial, ao presente contrato os Capítulos IV e V do Título I e Capítulo V do Título II, da Parte III do Código dos Contratos Públicos.
2. Ao presente contrato é, ainda, aplicável o artigo 419º - A do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 19.º CÓDIGO CONDUTA

A **Empresa Prestadora** deve respeitar as regras consagradas no Código de Conduta de Fornecedores publicitado em www.seg-social.pt (“A Segurança Social” -> “Quem somos”-> “Organismos” -> “Instituto de Informática, I.P.” -> “Instrumentos de Gestão”->PIT->“Plano de Integridade e Transparência(PIT)”), capítulo “Código de Conduta de Fornecedores”, do Plano de Integridade e Transparência.

ARTIGO 20.º AVALIAÇÃO DA ENTIDADE PRESTADORA

O presente contrato será avaliado segundo os critérios do Manual de Avaliação de Fornecedores do **Contraente Público**, que se encontra publicado em <https://www.seg-social.pt/contratacao> (“permitindo aos fornecedores a consulta dos parâmetros de avaliação a que são submetidos, no âmbito da execução dos respetivos contratos”).

ARTIGO 21º CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

A **Empresa Prestadora** não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia do **Contraente Público**.



ARTIGO 22.º COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 23.º FORO COMPETENTE

As partes convencionam que todos os litígios emergentes do presente contrato serão resolvidos no foro administrativo da sede do **Contraente Público** com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXO I
Compromisso de confidencialidade

(minuta)

NPD2324000058

Entre:

EMPRESA e

xxxxxxxxxxx Trabalhador/Colaborador,

CONSIDERANDO QUE:

- a) A **EMPRESA** vai prestar serviços que podem implicar a necessidade de aceder a informação ou a recursos de processamento de informação sob responsabilidade do Instituto de Informática, I.P.;
- b) O II, I.P. no exercício das suas atribuições tem acesso ou possui dados de natureza pessoal, técnica, económica ou financeira do sistema da Segurança Social que podem vir a ser conhecidos pela **EMPRESA** no desenvolvimento dos serviços;
- c) Se torna necessário proteger a confidencialidade desses dados;
- d) O II, I.P. é detentor de elementos tecnológicos de base (Know-how e direitos de propriedade industrial e intelectual) nos quais assume a obrigação de manter a confidencialidade, obrigação essa que é extensível a todos os seus colaboradores ou outras pessoas que, de algum modo, possam ter acesso às informações transferidas;
- e) O II, I.P., enquanto proprietário de múltiplos direitos sobre produtos resultado da investigação e desenvolvimento, pretende salvaguardar a confidencialidade dos mesmos para que possa, nomeadamente, assumir perante terceiros obrigações referentes aos seus próprios direitos;


é celebrado o acordo que consta das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O Trabalhador/Colaborador obriga-se a:

- a) Não divulgar nem fazer uso, de qualquer tipo e por qualquer meio, de toda a informação a que venha a ter acesso em virtude do vínculo que liga a **EMPRESA** ao II, I.P., salvo e na medida em que tal seja necessário para o exercício estrito das suas funções;
- b) Manter sigilo sobre a organização, os métodos de trabalho, os negócios, as informações, os produtos, os materiais, os protótipos e sobre toda a documentação técnica que façam parte do Know-how, da propriedade ou estejam na posse dos serviços e organismos da Segurança Social, ou que a estes tenha sido cedido por terceiros;
- c) Não fazer cópias de suportes magnéticos ou de manuais de produtos de software que pertençam ou que tenham sido facultados ao II, I.P. e aos serviços e organismos da Segurança Social, salvo se facultados pela própria EMPRESA para uso não exclusivo do II, I.P. ou se para tanto obter uma autorização, formulada por escrito, pelo seu responsável direto;

Cláusula 2ª



As obrigações assumidas nesta cláusula continuarão por um período de 10 anos após a extinção do contrato entre o II, I.P. e a **EMPRESA** sem prejuízo dos prazos de proteção dos direitos de propriedade intelectual ou outros legalmente fixados.

Lisboa, (dia) de (mês) de 20XX.

A Entidade Patronal

O Trabalhador/Colaborador



Anexo II

DESCRIÇÃO DAS TAREFAS

1. O **Contraente Público** pretende adquirir:

- 1.1. Apoio personalizado com indicação das melhores práticas de gestão, planeamento, organização, monitorização e controlo de projeto, de acordo com a metodologia seguida em cada um dos projetos;
- 1.2. Apoio na validação de abordagens e opções de desenho da solução;
- 1.3. Acompanhamento da disponibilização dos entregáveis previstos em cada um dos projetos, assegurando a sua validação e qualidade;
- 1.4. Prover informação especializada sobre opções técnicas, indicando vantagens e desvantagens, bem como estratégias e caminhos possíveis para a mitigação de eventuais riscos, assegurando a prossecução dos objetivos; e
- 1.5. Apoio na elaboração da documentação que se manifeste necessária, nomeadamente, a documentação inerente aos procedimentos de contratação.

2. **Perfil técnico dos recursos**

2.1. Os recursos desempenharão a sua atividade sob ordens e orientação da **Empresa Prestadora**, obrigando-se esta a garantir que os agentes por si designados coloquem toda a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhes sejam cometidos.

2.2. Sem prejuízo de outros que considere convenientes, a equipa a afetar pela **Empresa Prestadora** terá de considerar obrigatoriamente a existência de pelo menos um de cada um dos seguintes perfis:

- a) **Gestor de projeto**, com a função de prestar apoio especializado nas diferentes fases do ciclo de vida dos projetos (planeamento, execução, controlo e fecho), fazendo a articulação com o gestor e equipa do **Contraente Público**, nas matérias e atividades que se identifiquem como necessárias. Este apoio especializado deverá recorrer às melhores práticas do mercado, endereçando temas como planeamento, comunicação, controlo de progresso, reporting, gestão de recursos, gestão de risco, controlo da qualidade e gestão de âmbito.
- b) **Consultor Sénior / Analista Tecno-Funcional**, com a função de prestar apoio técnico especializado, em diferentes matérias, pelo que se pretende experiência em consultoria no âmbito da conceção e implementação de sistemas de informação, em projetos nas áreas de *Machine Learning*, Inteligência Artificial, Gestão de Risco e/ou Modelos de Avaliação de Políticas Públicas.

- c) Os recursos a utilizar pela **Empresa Prestadora** deverão ter, uma experiência mínima de dez (10) anos, nestas funções.
3. Para o desempenho das tarefas relacionadas com os serviços a prestar a **Empresa Prestadora** deverá disponibilizar os seguintes meios tecnológicos necessários que permitam a comunicação via:
- a) Contacto telefónico; e
 - b) Acesso ao sistema através de computador ou portátil.

4. Bolsa de horas

Os serviços a prestar serão realizados com recurso a uma bolsa de horas, num total de 2520 horas, distribuídas da seguinte forma:

Perfil	2024	2025	2026
Gestor de Projeto	560	760	200
Consultor Sénior / Analista Tecno-Funcional	380	500	120

5. Controlo de horas

- 5.1. A **Empresa Prestadora** iniciará a prestação dos serviços, mediante notificação, onde constará o número de horas previsível, os recursos mínimos a alocar, as atividades a executar, o prazo de execução e o orçamento previamente aprovado pelo **Contraente Público**.
- 5.2. As horas não consumidas não serão pagas.
- 5.3. Os serviços serão prestados entre as 8:00 horas e as 20:00 horas, nos dias úteis (incluindo feriados municipais do lugar da sede do **Contraente Público**).

6. Substituição de Recursos

- 6.1. A substituição de recursos deverá ser sujeita a prévia e expressa autorização pelo **Contraente Público**, nos termos do nº 6 do artigo 75º do CCP.
- 6.2. O prazo mínimo de pré-aviso para a substituição do recurso é de **5 dias úteis**, salvo casos urgentes.
- 6.3. A substituição ou inclusão de novos elementos na equipa poderá ocorrer, por qualquer das partes, desde que devidamente justificada.
- 6.4. Em caso de substituição de qualquer elemento da equipa, e sempre que se considere necessário, será considerado um período de sobreposição de, no mínimo, **10 dias úteis**, sem custos para o **Contraente Público**, para adaptação/formação do novo recurso, salvo casos urgentes.



ANEXO III

Acordo de Processamento de Dados Pessoais - Subcontratação

Considerando que:

- A. A **Empresa Prestadora** procederá ao tratamento de dados pessoais, de acordo com as especificações definidas no caderno de encargos;
- B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, publicado no JOUE de 04 de maio de 2016, que aprova o Regulamento Geral de Proteção de Dados (de ora em diante RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo tratamento e Subcontratantes, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;
- C. O **Contraente Público**, que age na qualidade de Subcontratante, tem obrigação de celebrar um acordo de processamento de dados com os seus Subcontratantes, por forma a garantir o cumprimento das regras subjacentes à recolha e tratamento de Dados Pessoais, segurança e privacidade de Dados definidas pelos Responsáveis pelo tratamento, de acordo com as exigências do RGPD;
- D. Pelo presente Acordo, serão estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as Partes, para garantia de cumprimento do disposto no Considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente Acordo que se regerá pelos Considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e pelos seus Anexos e, no que for omissos, pela legislação aplicável:

Cláusula Primeira

Objeto e Finalidades de Tratamento

- 1. As Partes obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e respetiva legislação nacional de execução, tendo em consideração o propósito do estabelecimento da relação entre as Entidades, bem como as inerentes atividades de recolha e tratamento de dados pessoais.
- 2. O presente Acordo tem por objeto o tratamento de dados pessoais no âmbito do contrato de **serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos**.

Cláusula Segunda

Categorias de Dados Pessoais envolvidos

- 1. São objeto de tratamento, para efeitos do presente contrato, os dados de identificação, incluindo nome e morada, bem como os pagamentos e recebimentos no âmbito do Sistema de Informação da Segurança Social.

2. Deve ser assegurada a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social.

Cláusula Terceira

Responsáveis pelo tratamento e Subcontratantes

No âmbito do presente Acordo, são considerados responsáveis pelo tratamento os serviços e organismos constantes do decreto-lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro e os equivalentes ISSA, IPRA e ISSM, IP-RAM, e como Subcontratantes, o **Contraente Público** e a **Empresa Prestadora**.

Cláusula Quarta

Obrigações dos Subcontratantes

1. Constituem obrigações da **EMPRESA PRESTADORA** e dos Subcontratantes ulteriores:

- a) Não subcontratar quaisquer Entidades para a prossecução de atividades, das quais resultem tratamento de Dados Pessoais, salvo quando exista autorização prévia e por escrito dos Responsáveis pelo tratamento ou do **CONTRAENTE PÚBLICO**;
- b) Fornecer toda a informação que lhes for solicitada, quer pelos Responsáveis pelo tratamento, quer pela Autoridade de Controlo, relativamente aos tratamentos dos dados, cujas finalidades se encontram definidas na Cláusula 1.ª;
- c) Adotar as políticas de segurança e privacidade definidas na Cláusula Quinta;
- d) Obter as certificações exigidas legalmente, sempre que tais certificações contribuam de forma significativa para garantir eficazmente a proteção de dados pessoais;
- e) Garantir, em conjunto com os Responsáveis pelo tratamento e o **CONTRAENTE PÚBLICO**, o exercício por partes dos titulares dos dados pessoais dos direitos de informação, acesso, retificação, apagamento, oposição e limitação;
- f) A **EMPRESA PRESTADORA** constitui-se ainda na obrigação de permitir que o **CONTRAENTE PÚBLICO** proceda a auditorias regulares, como forma de assegurar que a execução do objeto do contrato é efetuada de acordo com as instruções indicadas e as medidas de segurança e privacidade definidas por aquele, incluindo as destinadas à verificação do cumprimento da alínea b) do n.º 4 do artigo 10.º do caderno de encargos;
- g) Assumir um compromisso de confidencialidade, quer com os trabalhadores que participem em operações de tratamento de dados pessoais, quer com colaboradores de entidades subcontratadas, desde que expressamente autorizadas pelo Responsável pelo tratamento.
- h) Não transferir os dados pessoais para um país fora da União Europeia ou para uma organização internacional, salvo quando exista autorização prévia e por escrito dos Responsáveis pelo tratamento ou do **CONTRAENTE PÚBLICO**.
- i) Inserir as obrigações sobre tratamento de dados, segurança e privacidade, previstas no contrato ou no acordo, nos contratos que celebrarem com subcontratantes ulteriores.

2. A **EMPRESA PRESTADORA** garante o cumprimento das obrigações por si contraídas neste acordo, caso exista subcontratação ulterior.

Cláusula Quinta

Medidas de Segurança e Privacidade

1. Para garantia de cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, deverão ser adotados padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
2. No âmbito do presente Acordo e para cumprimento do objeto do mesmo, deverão ser adotadas as medidas técnicas e organizacionais pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso acidental ou legal.
3. O previsto concretiza-se através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:20013, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 2, da presente Cláusula, deverão ser adotadas as medidas de segurança compatíveis com a Política de Segurança e Privacidade do **CONTRAENTE PÚBLICO**.

Cláusula Sexta


Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, as Partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas atribuições.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula, vincula as Partes durante a vigência do presente contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1, cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta cláusula.

Cláusula Sétima

Suspensão e/ou Resolução

1. A existência de fortes indícios de incumprimento do presente Acordo, de qualquer natureza, e/ou de incumprimento dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a suspensão do Contrato de prestação de **serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos**.
2. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a resolução do Contrato.



3. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores, tem como consequência direta a cessação da execução do presente Acordo.

Cláusula Oitava

Vigência

O presente acordo de processamento de dados inicia os seus efeitos com a celebração do **contrato** de prestação de **serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos.**